

cipal de Valongo, declarou a utilidade pública da expropriação, com carácter urgente, das parcelas de terreno a seguir referenciadas e identificadas na planta anexa:

Parcela SL4, com a área de 68 m², a desanexar do prédio rústico, propriedade de Maria Carminda Moutinho Paredes Oliveira Azevedo, inscrito na respectiva matriz predial da freguesia de Ermesinde sob o artigo 602-R e descrito na Conservatória do Registo Predial de Valongo sob o n.º 02686/300192;

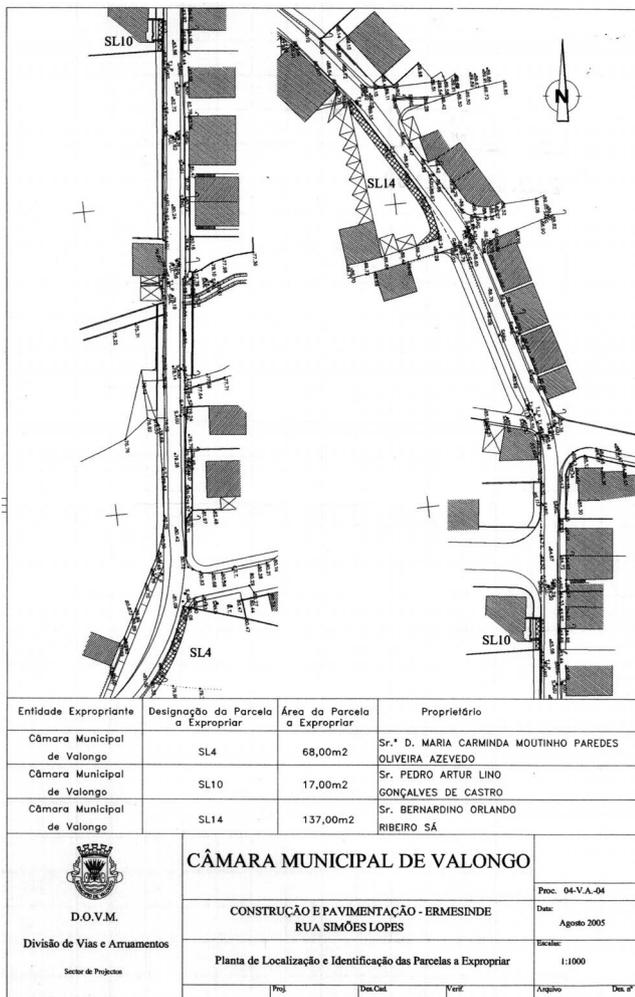
Parcela SL10, com a área de 17 m², a desanexar do prédio, propriedade de Pedro Artur Lino Gonçalves de Castro e de Maria Antónia Andrade Novais de Castro, descrito na matriz predial urbana da freguesia de Ermesinde sob o artigo 4546-U e descrito na Conservatória do Registo Predial de Valongo sob o n.º 04038/230596;

Parcela SL14, com a área de 137 m², a desanexar do prédio, propriedade de Bernardino Orlando Ribeiro Sá, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Ermesinde sob o artigo 1072-U e descrito na Conservatória do Registo Predial de Valongo sob o n.º 05299/20010502.

A expropriação destina-se à execução da obra construções e pavimentações — Ermesinde, Rua de Simões Lopes.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, no exercício das competências delegadas pelo Ministro de Estado e da Administração Interna pelo despacho n.º 10 489/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2005, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na informação técnica (IT) n.º 131/DSJ, de 30 de Setembro de 2005, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.061.05, daquela Direcção-Geral.

24 de Novembro de 2005. — O Subdirector-Geral, *Domingos Pereira de Sousa*.



Instituto do Desporto de Portugal

Aviso (extracto) n.º 11 206/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Novembro de 2005 do vice-presidente da Direcção do Instituto do Desporto de Portugal, Dr. João Manuel Cravina Bibe:

Alice de Jesus Esgueira Pinho, telefonista do quadro de pessoal do ex-Centro de Estudos e Formação Desportiva — autorizada, a seu pedido, anulação de licença sem vencimento de longa duração nos termos do n.º 1 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2005. (Não carece de anotação ou fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2005. — O Vice-Presidente, *João Manuel Bibe*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna

Despacho n.º 25 255/2005 (2.ª série). — No uso das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 10 495/2005, de 11 de Maio, do Ministro de Estado e da Administração Interna, e nos termos conjugados do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, e do n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, para o cargo de chefe de divisão da Delegação de Viação de Portalegre a licenciada em Engenharia Paula Cristina Neto Guedes.

31 de Outubro de 2005. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Ascenso Luís Seixas Simões*.

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 25 256/2005 (2.ª série). — Foi publicitado na bolsa de emprego público e no jornal *Diário de Notícias* do dia 17 de Junho de 2005 o procedimento de selecção com vista ao provimento do cargo de chefe de divisão da Delegação de Viação de Santarém, da Direcção Regional de Viação Lisboa e Vale do Tejo, cuja área de actuação se encontra definida no artigo 17.º e na alínea b) do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro (aprova a lei orgânica da Direcção-Geral de Viação).

Após análise curricular, verificou-se que o candidato Luís Manuel Banza Alves, para além de possuir os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço, de acordo com os critérios definidos para o efeito e conforme o *curriculum vitae* anexo.

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhes foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, o licenciado Luís Manuel Banza Alves, técnico superior de 1.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal não dirigente da Direcção-Geral de Viação, no cargo de chefe de divisão da Delegação de Viação de Santarém, da Direcção Regional de Viação de Lisboa e Vale do Tejo.

A nomeação produz efeitos a partir da data do presente despacho.

17 de Novembro de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

ANEXO

Curriculum vitae

1 — Dados biográficos:

Nome — Luís Manuel Banza Alves;
Data de nascimento — 3 de Março de 1960;
Naturalidade — Aljustrel;
Estado civil — casado.

2 — Habilitações literárias — licenciado em Direito.

3 — Habilitações profissionais:

Foi admitido nos quadros do Ministério da Justiça, Direcção-Geral dos Serviços Judiciários, em 19 de Setembro de 1999, mediante concurso público externo. Exerceu funções em:

Tribunal Judicial da Comarca do Barreiro;
DIAP — Departamento de Investigação e Acção Penal, em Lisboa;
Tribunal Cível da Comarca de Lisboa;